

O TRIUNFO DA IRONIA NA PARÁBOLA DE JOATÃO (Juízes 9,7-15)

Luiz Alexandre Solano Rossi*

Em 1956 Martin Buber já nos alertava em relação à parábola de Joatão dizendo que se tratava da “mais poderosa composição antimonárquica na literatura mundial”¹. Mas não nos enganemos. Suas palavras não estão apenas rejeitando alguns dos piores aspectos do sistema monárquico. Pode-se dizer que suas palavras são mais incisivas e desejam, na verdade, apresentar uma rejeição deliberada da monarquia como um todo. Há uma diferença de atitude substancial entre o texto da parábola de Joatão com a atitude que encontramos, por exemplo, nos capítulos 17-21, onde a origem de todos os males que sobrevêm ao povo tem como causa a ausência da monarquia (cf. 17,6; 18,1; 19,1; 21,25).

Mas devemos observar que junto à crítica da monarquia outros temas se aproximam e formam, quem sabe, um conjunto. Dois desses temas poderiam ser ressaltados e enfatizados: a violência e o poder. Ou, se quisermos fundir os dois temas, poderíamos dizer: a violência no exercício do poder que se apresenta nas seguintes expressões presentes no texto: a irracionalidade e arbitrariedade da reivindicação, o vazio das promessas e as ameaças de repressão contra aqueles que não aceitam as regras do jogo da forma como elas são impostas pelos que exercem o poder.

Poderíamos dizer que a razão principal, anotada pelo texto bíblico para o surgimento da monarquia, tenha sido a pressão externa dos filisteus a partir de meados do século XI. Os filisteus teriam vindo do mar e conquistado as cidades que ficavam entre as montanhas e o mar, principalmente as cidades de Gat, Gaza, Ascalon, Ecron e Asdod. Nessas cidades organizaram exércitos fortíssimos com cavalos e carros de guerra como também estabeleceram guarnições militares nas montanhas com o objetivo de recolher tributos dos israelitas.

Quando consideramos os objetivos da hegemonia filistéia sobre Israel no contexto da economia política, torna-se evidente que, ao tentar resistir a tal hegemonia, Israel estava lutando por sua sobrevivência como um sistema socioeconômico igualitário e autodeterminado. A entrega dos excedentes agropecuários ao povo invasor possuía um duplo significado: o fim da independência formal das tribos e o empobrecimento da população rural de Israel. Nesse sentido podemos dizer que a subjugação de Israel sob as forças filistéias teria representado para o povo das tribos um retorno à escravidão no Egito. Diante dessa avassalora investida, a organização voluntária de defesa das tribos de Israel

* Luiz Alexandre Solano Rossi é pós-doutor em História Antiga pela UNICAMP/NEE. Autor de vários livros, entre eles: *Messianismo e Modernidade* (português e espanhol); *A falsa religião e a amizade enganadora*: o livro de Jó; *A arte de viver e ser feliz*; *Como ler o livro de Jeremias*. Email: luizalexanderrossi@yahoo.com.br

1. A citação é extraída de J.A. Soggin. *Judges*. SCM Press: London, 1981, p. 177.

É possível também colocar uma questão relativa à leitura mesma das parábolas. Como recuperá-las à luz da tradição sapiencial secular em Israel, sabedoria esta constituída da soma de experiências advindas do dia-a-dia? Uma sabedoria que tem a ver com o agir, com o posicionar-se, de forma criativa e livre, diante dos desafios do cotidiano... E as parábolas, além da forma alegorizada que muitas vezes receberam, com sua importância e relevância, apontam para horizontes à primeira vista inusitados...

E, finalmente, fica também uma questão para a elaboração da cristologia. Neste trabalho buscou-se, conscientemente, relativizar a ruptura entre Jesus e seus primeiros seguidores. Intentou-se mostrar que a transmissão e a conservação dos ditos e feitos de Jesus falam, de alguma maneira, da consciência e prática de quem os transmitiu e conservou. Podemos ainda continuar falando da “prática de Jesus”, como freqüentemente fazemos em nossa América Latina, sem nos referirmos necessariamente à prática de homens e mulheres que junto com ele e depois dele agiram? É possível continuar isolando Jesus das pessoas que com ele fizeram caminho?

Referências

- ANDERSON, Ana F. e GORGULHO, Gilberto. *Parábolas: a palavra que liberta*. Mimeo, 1989.
- CROSSAN, John D. *O Jesus histórico*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 313-319.
- DUPONT, Jacques. *Por que parábolas? O método parabólico de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- HARNICH, Wolfgang. *Las parábolas de Jesus*. Salamanca: Sígueme, 1989.
- JEREMIAS, Joachim. *As parábolas de Jesus*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1980.
- LÓPEZ, Ediberto. “As origens do cristianismo e o evangelho de Tomé”. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana*. Petrópolis, v. 22, 1995, p. 147-161.

Pedro Lima Vasconcellos
Rua Venâncio Aires, 308, apto. 1
Pompéia
05024-030 São Paulo – SP

literário (coletânea de sentenças) precede a composição de diálogos e de textos narrativos que as incorporem e aprofundem. Pode-se recordar aqui o caso do documento “Q”, coletânea de sentenças como Tomé, que serviu de base para a criação de narrativas como os evangelhos de Mateus e Lucas. Além disso, o fato de Tomé ser considerado por muitos um evangelho “gnóstico”, portanto herético, não depõe contra a antiguidade das tradições por ele conservadas. Só o fato de o evangelho ter sido usado pelos gnósticos do século II e III o caracteriza como tal? Não apontará para uma origem mais remota do escrito? E, principalmente, a comparação individual dos textos de Tomé e seus paralelos canônicos mostra que em geral estes trazem versões mais rebuscadas e desenvolvidas. Assim, o *Evangelho segundo Tomé* parece representar uma tradição, proveniente de grupos seguidores de Jesus, que correu à margem daquela que se tornou hegemônica no cristianismo posterior.

Este evangelho contém várias parábolas, algumas delas paralelas àquelas que lemos nos evangelhos do Novo Testamento. Se levamos a sério os pontos que destacamos acima, no estudo dos textos das parábolas as versões encontradas no *Evangelho segundo Tomé* deverão ser levadas em consideração e analisadas junto com aquelas encontradas nos Sinóticos, para uma adequada compreensão do desenvolvimento das parábolas entre os primeiros grupos seguidores de Jesus.

Concluir? Questões que permanecem

Se a proposta aqui delineada, de compreensão da formação dos textos das parábolas for considerada viável, torna-se possível, a partir daí, levantar questões sobre o lugar social e político do movimento de Jesus em Israel nos anos anteriores à Guerra Judaica. Parábolas com os contornos acima definidos, que consciência frente à realidade cotidiana manifestarão? Elas revelam uma sensibilidade muito marcante para com situações de precariedade da vida e de luta pela sobrevivência, sensibilidade esta que não transparece nos escritos convencionais que tratam de descrever os primeiros passos das comunidades primitivas. E são estas situações concretas de penúria, miséria e luta, como as descritas nas parábolas, que devem explicar os movimentos de resistência existentes então, incluídos aí os grupos seguidores de Jesus. A sensação de apoliticismo destes parece ser muito mais reflexo da mentalidade dos exegetas e estudiosos, bem como das igrejas em geral, do que das condições reais e objetivas das experiências (variadas!) dos primeiros seguidores e seguidoras de Jesus.

Outra questão que se coloca é relativa à pluralidade de tradições existentes entre os grupos seguidores de Jesus. Pode-se ainda continuar falando de “movimento de Jesus” sem que, com esta expressão, estejamos minimizando e encobrindo diferenças de compreensão e de experiências entre as pessoas que seguiram Jesus? As trajetórias das parábolas que estudamos não são claros exemplos da pluralidade de caminhos que os diversos grupos seguidores de Jesus assumiram? Aqui a recuperação dos textos assim chamados “apócrifos” é indispensável, como forma de recuperar experiências eclesiais diferentes e alternativas e compreensões originais e surpreendentes da pessoa de Jesus e sua atuação.

Tomé logo despertou o interesse dos estudiosos, por sua estreita semelhança com os evangelhos que encontramos no Novo Testamento, ao mesmo tempo em que parece absolutamente original, seja na sua forma, seja nos conteúdos que apresenta. Quanto à forma, trata-se de um conjunto de 114 sentenças, apresentadas uma após a outra, às vezes com ligeira introdução. Mas não há qualquer referência a lugar, contexto ou situação em que este ou aquele dito teria sido pronunciado. Não se trata, portanto, de uma narrativa, mas de uma coleção de frases e ditos. No seu conteúdo não há qualquer menção a episódios da vida de Jesus ou seus milagres. Não se fala de qualquer profecia que nele se tivesse cumprido. E não há qualquer alusão a sua morte e ressurreição. Apenas provérbios, sentenças, que versam sobre o reino de Deus e sobre aspectos do comportamento cotidiano, criticando aspectos da ordem social estabelecida. O Jesus que aí fala se apresenta como um sábio presente entre seus seguidores, o Vivente que comunica palavras de vida.

Há um relativo consenso entre os estudiosos de que o *Evangelho segundo Tomé* descoberto em Nag Hammadi, escrito na língua copta, é tradução de um texto grego, provavelmente escrito na Síria. Suas origens são muito remotas, havendo quem o situe na segunda metade do século I. Ou seja, ele seria contemporâneo dos evangelhos canônicos!

Isto coloca possibilidades interessantíssimas para a compreensão de como as palavras de Jesus foram compreendidas entre os variados grupos que o seguiram. Mas aqui um problema se coloca. O que se percebe, de forma muito marcante, é que, apesar de tudo o acima exposto, muitos estudiosos têm abordado o *Evangelho segundo Tomé* com extrema reserva, para não dizer preconceito. Acusa-se o escrito de ser tendencioso, manipulador dos escritos canônicos, herético, não servindo, portanto, como fonte para a compreensão das palavras de Jesus e da história dos seus primeiros seguidores. Esta postura de descrédito é endereçada ao todo do *Evangelho segundo Tomé*.

A questão é complexa, mas podemos tecer aqui algumas considerações. O *Evangelho segundo Tomé* foi considerado, nos séculos II e III, uma obra herética por alguns dos chamados Padres da Igreja, representantes da ortodoxia que começava a se elaborar e impor no seio das igrejas. Ele foi assim considerado porque foi usado particularmente por alguns grupos cristãos, que chamavam a si mesmos de “gnósticos”, ou seja, pessoas em busca do conhecimento verdadeiro. Estes grupos enfatizavam a vida comunitária sem estabelecer vínculos com autoridades e hierarquias eclesiásticas, compreendendo, portanto, de forma diferente seu vínculo com Jesus. Daí o conflito inevitável entre os que se intitulavam “ortodoxos” e os “gnósticos”, que não se deu apenas no plano das doutrinas, mas principalmente no campo da organização e da vida da Igreja. Foi nesse ambiente conflitivo que se definiu a lista dos livros do Novo Testamento, obviamente por obra dos “ortodoxos”. Ora, a qualificação de um escrito como o *Evangelho segundo Tomé* como herético haveria de desqualificá-lo também como documento que conserva palavras de Jesus? Só o ortodoxo é autêntico, antigo, legítimo? Esta é justamente a pretensão de todas as ortodoxias, tanto ontem como hoje!

Porém, ao contrário, a pesquisa mais recente tem sugerido que há uma real independência do *Evangelho segundo Tomé* frente aos evangelhos canônicos. Seu gênero

correntes entre nós, como por exemplo da parábola dos talentos: cabe na imagem de Deus comunicada pelo *Evangelho segundo Mateus* a compreensão de que ele é um “homem intratável, que colhe onde não semeou e ajunta onde não espalhou”? Ora, esta é a qualificação atribuída e assumida pelo senhor da parábola (cf. Mt 25,24.26), no qual se costuma ver a figura de Deus! Não será necessário ler o relato parabolicamente e ver, quem sabe, no escravo que recebeu um talento, aquele que desmascarou a imoralidade nas ações e pretensões do patrão?

2.3. *Jesus de Nazaré, parábolas, alegorias e Reino de Deus*

Todas estas considerações são compreensíveis se percebemos que entre os grupos seguidores de Jesus não houve apenas a preservação das palavras e atitudes do mestre, mas interpretações, adaptações, criações. Deve-se fazer este alerta para que se evite um esquema muito simplista, porém bastante comum: segundo ele, Jesus falou parábolas, a igreja primitiva produziu alegorias (originais ou reinterpretadas de parábolas). Neste esquema as parábolas de Jesus são de conteúdo polêmico, as alegorias da Igreja primitiva são exortações internas que visam orientar o comportamento dos membros das comunidades. Este esquema possibilitou que a abordagem das parábolas apontasse para esta ou aquela imagem de Jesus. Mais ainda, se o conteúdo primordial da pregação de Jesus é a vinda do reino de Deus, as parábolas foram então consideradas instrumentos pedagógicos privilegiados, destinados a ilustrar a realidade deste reino.

Há, porém, algumas questões a serem colocadas. Em primeiro lugar, deve-se notar que Jesus não está isolado de seu grupo; ao contrário, é líder de um movimento, de modo que a separação entre ele e seus seguidores deve ser colocada em outros parâmetros. Como perguntar não ofende, a separação convencional de Jesus frente a sua comunidade não acabou aproximando-o mais das hierarquias de plantão? As parábolas não podem acabar sendo instrumentalizadas para definir este ou aquele rosto de Jesus?

Além disso, pode-se perguntar: se o mundo da Igreja primitiva é o da alegoria, como explicar o fato de que muitas parábolas encontradas nos evangelhos, obras surgidas no âmbito das comunidades, foram conservadas sem traços alegóricos? Não é necessário pensar em grupos seguidores de Jesus cuja dinâmica pôde conservar e, quem sabe, criar parábolas? Deve-se superar a distinção artificial entre um Jesus politizado, revolucionário até em sua práxis e discurso, e comunidades introvertidas, pouco ocupadas com as questões do cotidiano das pessoas. E, no que diz respeito à vinculação entre parábolas e reino de Deus, ela só é viável a partir da compreensão abrangente de todas as imagens da parábola, na medida em que esta pode estar apontando para um traço fundamental dele.

2.4. *Parábolas de Jesus fora do Novo Testamento? O Evangelho segundo Tomé*

Em 1945 foi descoberta, por acaso, numa aldeia do Egito chamada Nag Hammadi, uma antiga coleção de livros, que deveriam ter pelo menos 1.500 anos. Trata-se de uma série de escritos cristãos cuja existência era então quase totalmente desconhecida. Alguns dos títulos eram apenas conhecidos. Entre estes, um tal *Evangelho segundo*

a história de Sara e Agar em Gn 16 e 21 poderá compreender (e, certamente, estranhar) a alegoria quase absurda, tamanho seu caráter de provocação, que Paulo faz em Gl 4,21-31. Ele não está interessado em falar de Sara e Agar como personagens da história, mas da escravidão e da liberdade, justificando sua postura diante da lei. Para isso se serve de duas figuras bastante conhecidas e caracterizadas. Justamente aí está o caráter da hermenêutica alegórica: ela se mostra de grande valia sempre que os relatos (parabólicos ou não) são orientados a serviço de interesses situados fora deles.

O mundo da alegoria é bastante extenso e sugestivo, já que lida com imagens que não falam diretamente, mas, pelo contrário, despertam a curiosidade, a fantasia e “falam” de forma toda particular, através de alusões, insinuações e comparações. A alegoria se desenvolve porque excita a curiosidade e a criatividade. Isto explica a abundância deste procedimento nas Escrituras (Is 5,1-7; Dn 7; o livro de Ezequiel está “recheado” de alegorias) e no Novo Testamento (Jo 10,1-21; 15,1-8; Ap 12-13). Não é de se admirar que os textos do universo da apocalíptica sejam os mais ricos na utilização de alegorias.

A alegoria é fruto de reflexão continuada, supõe o conhecimento, por parte de um grupo, de um determinado “código” que possibilite sua interpretação. Daí que ela de alguma forma reflete um pouco da identidade deste grupo, suas preocupações, seus referenciais, seus posicionamentos. Então se entende que ela tenha um caráter “esotérico”, como lemos em Mc 4,33-34: aos discípulos as parábolas são explicadas “em particular”, ou seja, é nesse ambiente “esotérico” que elas ganham a dimensão alegórica. As alegorias têm, nas comunidades cristãs primitivas, a função de reforçar suas identidades, caracterizando sua compreensão de Jesus e possibilitando a reação diante de desafios e conflitos ideológicos.

As parábolas foram textos privilegiados em que se aplicou, muito rapidamente, o procedimento alegórico, embora este não esteja restrito a elas. Há vários motivos que justificam a transformação das parábolas em alegorias. Entre eles, deve-se mencionar um, talvez o mais importante. Trata-se do fato de que a parábola recolhe elementos muito circunstanciais da realidade. Traz à tona facetas muito elementares do cotidiano. Na medida em que o texto parabólico vai sendo transmitido e passado à frente, o que acontece é uma tendência de se perder o chão contextual que lhe deu origem. Vai o texto, fica o contexto. E o texto fica então “solto”, sem referencial. Aí entram as Escrituras, à luz de que os elementos das parábolas serão interpretados. Faz-se então o processo de inserção das palavras de Jesus na tradição das Escrituras. Teremos oportunidade de verificar este processo, da maior importância para a compreensão das origens do cristianismo.

É verdade que muitas parábolas foram alegorizadas, segundo nos mostram a tradição sinótica, o *Evangelho segundo João* e diversos escritos do cristianismo primitivo. Mas muitas outras deixaram de sê-lo, como podemos ver na própria tradição sinótica, bem como no *Evangelho segundo Tomé*, de que se falará ainda. Portanto, a alegorização não foi o único caminho de interpretação das parábolas no cristianismo primitivo. Importa não perder isto de vista, tendo em vista algumas leituras que são muito

ouvir ouça”! Para bom entendedor, meia palavra basta, ou um pingo é letra: não é assim que diz nossa sabedoria popular?

Parábolas retratam situações do dia-a-dia das pessoas. Recolhem situações tiradas da vida do povo, expressando-as com os dados da cultura popular de então. Pressuposto deste estudo é que as parábolas têm como assunto exatamente estas situações. E aí um detalhe deverá chamar a atenção de quem lê os evangelhos. As parábolas aí encontradas, na sua grande maioria, evocam realidades ligadas à vida camponesa, particularmente situações relacionadas ao trabalho. Para uma compreensão adequada delas é necessário, portanto, travar contato com as condições de vida da população camponesa e com a situação socioeconômica conflitiva reinante nos campos da Galiléia para se ter uma idéia da realidade da qual surgiram as parábolas e por elas questionadas.

2.2. Alegoria

A respeito do conceito de alegoria não há maiores controvérsias. Trata-se de procedimento bastante característico. Poderíamos defini-la como uma série continuada de comparações. Um conjunto de imagens interdependentes recebe significações para cada imagem. Cada elemento do quadro apresentado na história recebe significado particular. Podemos logo exemplificar. Tomemos o caso da parábola da rede, encontrada nos evangelhos segundo Mateus e Tomé e a que já nos referimos anteriormente. Na verdade, a versão de Mateus se constitui numa alegoria, já que a rede é imagem que aponta para o “fim do mundo”, os pescadores apontam para os anjos, o “tudo” representa a humanidade, “o que é bom” corresponde aos justos e “o que não presta” alude aos maus. No texto de Mateus, a temática não é a do trabalho na pesca; pelo contrário, esta apenas serve de recurso para introduzir a real temática, a do julgamento.

Desta maneira parece ficar claro que a alegoria, ao contrário da parábola, sempre pode ser convertida e interpretada por um texto que se entende por si mesmo; uma vez que este tenha sido decifrado, o texto alegórico se torna dispensável. Pode-se dizer que a alegoria expressa aquilo que poderia ser expresso de outra maneira mas não o é por vários motivos; ela precisa de um conhecimento correto para ser compreendida e pode ser abandonada quando sua mensagem é compreendida. No caso da parábola/alegoria da rede, só quando esta é identificada com o julgamento se torna possível a compreensão proposta pelo conjunto do texto.

Assim, a alegoria é um relato que justapõe duas realidades que se busca colocar em correspondência, sendo que uma delas, a que é posta em evidência, é imagem da outra, que é atingida então de forma indireta. Ela fala algo e ao mesmo tempo outra coisa. Daí que se trata necessariamente de um texto complexo, que joga com imagens e realidades de diversas proveniências, que são colocadas em correspondência. Portanto, para sua compreensão é necessária uma “chave” interpretativa, que permita perceber o paralelismo dos discursos. No tocante ao Novo Testamento (não só no caso das parábolas!), as Escrituras parecem ter sido o código privilegiado, a chave que possibilitou esta tradução/correspondência. Isso aponta para o caráter subordinado e secundário da alegoria, já que se mostra fruto de uma reflexão continuada. Só quem conhece

maxal, de que falamos acima) tem uma dinâmica completamente particular, com características bastante peculiares. Destaquemos aqui algumas delas.

A parábola é, em primeiro lugar, marcada por um profundo realismo. As imagens nela encontradas são recolhidas do cotidiano da vida das pessoas. Em cada uma delas são trazidas à tona situações diríamos corriqueiras e irrelevantes. Nada de fabuloso ou fantástico será encontrado nelas. Isso não quer dizer, porém, que as parábolas reproduzam tal e qual a realidade existente. E aqui está outro aspecto decisivo. Ao mesmo tempo em que ela surge da realidade material e cotidiana destaca-se dela. Emerge da realidade, mas não a reproduz: transforma-a. Assim, a parábola é sempre portadora de um conteúdo surpreendente, não porque absurdo, mas porque foge dos padrões normais. Na parábola há sempre um quê de impensado, de irrupção. Podemos perceber em cada parábola que, partindo da cotidianidade, e sempre no âmbito do real, o relato tem a finalidade de estranhar, provocar a realidade cotidiana. Por isso, o que predomina na parábola é o impensado, o novo, o escandaloso até. Como não perceber que parábolas como as do “administrador infiel” (Lc 16,1-8), dos “trabalhadores na vinha” (Mt 20,1-15) e tantas outras pretendem provocar leitoras, leitores e ouvintes a respeito de situações do cotidiano?

Dessa maneira, a parábola será adequadamente compreendida se considerada em seu todo, no conjunto de sua trama. Enquanto a alegoria, como se verá, tem um referencial externo abstrato, a parábola deve ser interpretada dentro do marco que a própria narração oferece. É nessa perspectiva que deve ser pensada vinculação estreita que algumas parábolas apresentam com o reino de Deus. É necessário garantir que as parábolas sejam levadas a sério em sua trama; só isso permitirá a elas apontarem adequadamente para o reino de Deus ou qualquer outra realidade. Nada exime da exigência de que o desenrolar do relato parabólico seja considerado em sua inteireza; só isso o tornará consistentemente eloqüente. Para usar a expressão de um estudioso das parábolas, cada uma delas é uma “história insubstituível”.

Levar a sério a trama implica reconhecer o caráter autônomo dos relatos parabólicos. Trata-se de histórias que falam a partir de si e por si mesmas. Elas se bastam. Isso não significa que a parábola não tenha também seu referencial. Este se encontra na realidade concreta e material de onde são recolhidas as imagens que emergem nas parábolas. Estas priorizam questões relacionadas ao trabalho e à sobrevivência das pessoas. Este aspecto é fundamental. As parábolas, recolhendo estes e não outros aspectos da realidade, querem, de alguma maneira, interpretar esta mesma realidade. O assunto delas é a rede, a semente, a mulher à procura da moeda, o pastor com o rebanho, etc. Parábola não é, então, mero recurso pedagógico que apontaria para outro assunto alheio à sua trama. A parábola se apresenta, portanto, como um retrato seletivo e criativo, embora imediato, de uma determinada realidade, diante do que se faz o convite à reflexão e a uma postura.

Assim, a parábola chama a atenção para a realidade. Porém ela não fala diretamente, não diz tudo; pelo contrário, convoca à reflexão, faz pensar. Não é a toa que algumas parábolas são concluídas com a seguinte convocação: “quem tem ouvidos para

aponta para a perspectiva do “fim do mundo”, como em Mt 13,49-50. Seria possível supor que este conteúdo escatológico estaria implícito no texto de Tomé? Alguém que lesse o texto de Tomé sem conhecer o de Mateus tiraria esta conclusão? Como haveria de explicar o texto de Tomé senão a partir dele mesmo?

Estas observações nos fazem concluir, preliminarmente, que há pelo menos duas formas de leitura das parábolas, alguma mais direta e evidente, outra mais indireta e alusiva. Este dado se reforça com outro, que encontramos em Mc 4,33-34. Aí lemos duas afirmações, aparentemente contraditórias: em primeiro lugar, se diz que Jesus falava em parábolas de acordo com a possibilidade de entendimento das multidões; depois lemos que Jesus as explicava em particular aos discípulos. Como compreender tal paradoxo? As parábolas são compreensíveis por si ou necessitam de explicação posterior? Que compreensões de parábola estariam subjacentes a Mc 4,33-34? O que é uma parábola?

Esta pergunta não é simples de ser respondida. Não satisfaz afirmar que parábola é uma história, uma comparação, um exemplo, já que estes podem ser compreendidos diversamente. Nem é suficiente dizer que a parábola retrata situações tiradas da vida do povo ou que expressam a cultura do povo da época. Definir uma parábola exige apontar pistas para sua interpretação. Não basta, portanto, perguntar-se sobre o que seja uma parábola; é necessário interrogar-se sobre como lê-la.

Parece que aqui se coloca um entrave não suficientemente equacionado e resolvido em nossa leitura convencional das parábolas. Para isso, sirva de exemplo uma questão levantada pela exegese de fins do século XIX. Desde os estudos de então se tornou obrigatório distinguir entre as duas formas de leitura das parábolas que acima mencionamos, chamadas respectivamente de parábola e alegoria, visto que cada uma aponta para uma abordagem diferente dos relatos parabólicos encontrados nos evangelhos. Seriam dois “tipos” diferentes de história. Esta distinção nos parece adequada, embora pouco levada em consideração. Por isso cabe retomá-la.

2.1. Parábola

Falar em parábola nos deve fazer pensar no mundo da sabedoria israelita, particularmente no âmbito complexo e variado do *maxal*, que pode significar “dito proverbial”, “zombaria”, “comparação”. Nele parece estar condensada toda a experiência sapiencial de Israel expressa nas Escrituras. E, mais do que uma explicação das normas e da ordem do mundo, o que encontramos na sabedoria são os paradoxos, os elementos de crise. O provérbio capta o que é surpresa na realidade. Assim se compreende que os textos sapienciais estejam carregados do jocoso, do zombeteiro, do enigmático, do crítico e satírico. A sabedoria em Israel não tem a corte como ambiente preponderante, mas o cotidiano das pessoas. Não há aqui qualquer compromisso com ordem ou moral. A sabedoria detecta exatamente a desordem, o caos, a crise.

Pensamos que esta mesma realidade deve ser o ponto de partida para a compreensão das parábolas dos evangelhos. A parábola (palavra que traduz o referido termo

do desenrolar do próprio texto? Não poderíamos identificar nas imagens e figuras, na medida em que nos remetem para dados da realidade, a temática de uma determinada parábola? Que importância hermenêutica tem o fato de que em cada parábola é uma situação peculiar do cotidiano do povo que emerge? Modificaria em alguma coisa nossa compreensão das parábolas reconhecer que elas têm sua origem na terra e nas circunstâncias do trabalho e do cotidiano da Galiléia do tempo de Jesus?

Avançar nestas sendas faz pensar sobre a importância da questão da sabedoria presente nos textos bíblicos. É possível relacionar as parábolas dos evangelhos com o mundo da sabedoria popular, que em Israel tem longa história?

Além disso, se coloca particularmente a questão pela leitura dos textos do Novo Testamento. Este, porque cuidadosamente vigiado pelas hierarquias e ortodoxias das igrejas cristãs, se mostra mais resistente a uma abordagem que leve em conta as condições e situações do dia-a-dia das pessoas. Sua utilização convencional tem impedido que se perceba nos diversos textos que o compõem mais que enunciados de doutrinas e dogmas. Aventar novas possibilidades de aproximação se mostra tão necessário como desafiador.

É diante desse quadro diversificado que este estudo se situa, preocupado em precisar alguns conceitos e determinar alguns pressupostos.

2. Algumas questões de fundo

Todos conhecemos a parábola da rede: “O reino dos céus é ainda semelhante a uma rede lançada ao mar, que apanha de tudo. Quando está cheia, puxam-na para a praia e, sentados, juntam o que é bom em vasilhas, mas o que não presta, deitam fora”. A ela sucede uma outra imagem, apresentada em seqüência e como correspondente àquela: “Assim será no fim do mundo: virão os anjos e separarão os maus dentre os justos e os lançarão na fornalha ardente. Ali haverá choro e ranger de dentes” (Mt 13,47-50).

Somos assim informados de que a parábola é uma imagem destinada a ajudar na compreensão do que há de acontecer “no fim do mundo” (notar o “assim” no início do v. 49). Um episódio do presente, absolutamente corriqueiro, estaria a apontar para uma realidade futura. Jesus está falando, portanto, não do pescador e seu trabalho, mas do destino final da humanidade.

Mas esta mesma parábola é conservada em um outro evangelho, muito antigo, que, mesmo não fazendo parte do Novo Testamento, conserva ditos atribuídos a Jesus. Trata-se do *Evangelho segundo Tomé*. Falaremos dele mais adiante. Por enquanto, leiamos o seu parágrafo 8. Lá encontramos o seguinte: “E ele disse: ‘O homem é semelhante a pescador que lança sua rede ao mar. Ao retirá-la do mar cheia de peixinhos, o pescador prudente encontra no meio dele um grande (e) belo peixe. Ele joga todos os peixinhos ao mar, mas fica sem dó com o grande peixe. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça’”.

À parte algumas pequenas diferenças em detalhes, os textos de Mt 13,47-48 e o de Tomé coincidem fundamentalmente. Mas a leitura de Tomé em nenhum momento

LEITURA DAS PARÁBOLAS: UMA PROPOSTA

Pedro Lima Vasconcellos

“O patrão é burro!” Assim reagiu, diante de uma professora atônita, o aluno diante da leitura daquela parábola de Jesus que apresenta um patrão pagando igualmente a quem trabalhou uma hora e a quem “deu duro” o dia inteiro (Mt 20,1-15). “Como” – retrucou a piedosa professora –, “se este patrão representa Deus, bondoso e misericordioso?” – “Mais uma razão” – respondeu atrevidamente o aluno –, “se ele é Deus deveria saber que, desse jeito, no dia seguinte os trabalhadores só irão aparecer para o trabalho às cinco horas da tarde!...”

Esta história, que mais parece uma anedota, serve bem de introdução a esta abordagem sobre as parábolas, que propõe critérios hermenêuticos para uma adequada compreensão delas. Ela deixa explícito que entre a compreensão convencional das parábolas, aquela própria das tradicionais pregações e dos esquemas catequéticos clássicos das igrejas, e o que elas eventualmente apontam pode haver distâncias enormes. Muitas vezes encontramos leituras ingênuas das parábolas, endereçadas em especial às crianças, o que revela desconhecer o mundo das parábolas e minimizar a capacidade crítica delas (as crianças e as parábolas!).

Teremos de lidar com compreensões dadas, leituras consagradas, interpretações aparentemente inquestionáveis destas conhecidas (ou nem tanto?) histórias de Jesus.

1. Algumas inquietações iniciais

Temos aprendido, com a prática de leitura bíblica das comunidades e grupos populares, a associar intimamente Bíblia e vida. Alegramo-nos ao “libertar” determinado texto, pela sua vinculação com a realidade, de sua leitura convencional, de cunho moralista ou dogmatizante. Exultamos quando descobrimos de que forma tal perícopo e livro bíblico têm seus pés bem fincados no dia-a-dia de Israel e do cristianismo primitivo e expressaram nos textos suas alegrias, expectativas, conflitos, esperanças. Cada vez mais as questões do cotidiano emergem como decisivas para nossa compreensão dos textos bíblicos.

Desta maneira, seria de se esperar que as parábolas de Jesus tivessem sua interpretação renovada, já que são textos, há muito tempo está reconhecido, onde mais emergem temas e situações do cotidiano de quem conviveu com Jesus. Mas, surpreendentemente, não foi isso que aconteceu, por razões que temos de investigar. Seria possível propor uma compreensão das parábolas a partir das imagens e situações que delas surgem? Não é possível ir além da compreensão tradicional, segundo a qual a parábola tem duas partes: o assunto, que é o seu real tema, e a figura, com a qual aquele pode ser comparado? Como definir o assunto de determinada parábola senão por meio

de traduções e de interpretações a partir das realidades sociais das crianças no tempo de Jesus.

Haroldo Reimer, a partir de experiências pastorais, ensaia perspectivas hermenêuticas com a parábola de Lc 15,11-32, destacando intencionalidades e ausências dentro do contexto de comunidades no final do século I.

Ivoni Richter Reimer interpreta a complexa rede de poderes e realidades presentes em Lc 16,1-8 dentro de seu contexto histórico e jurídico, propondo novos olhares que remetem a diferentes avaliações da história interpretativa do texto e postulam outras práticas econômicas.

Alessandro Rodrigues Rocha, de maneira interdisciplinar e com o recurso pedagógico do Teatro do Oprimido, analisa Lc 16,19-31, contribuindo também para a metodologia no estudo das parábolas.

Uma Resenha do novo livro sobre *As Parábolas de Jesus*, de Luise Schottroff, convida para dar continuidade ao estudo das parábolas, numa perspectiva histórica e escatologicamente libertadora.

A multiplicidade das interpretações está presente nos artigos deste número de Estudos Bíblicos. Não há homogeneidade. Às vezes há até contradição entre um e outro aporte. É assim mesmo com a interpretação e a compreensão de textos. Nisto reside também um desafio que continuamente se refaz: refletir e dialogar sobre nossas metodologias e sobre a utilização de nossos instrumentais de análise, bem como de nossas hermenêuticas.

Como convite para a leitura de todos os textos aqui apresentados, transmito uma parábola rabínica sobre maneiras distintas de comunicar realidades, percepções e necessidades. Boas leituras!

“Certa vez, a Verdade andava visitando os homens, sem roupas e sem adornos, tão nua como seu nome. Todos que a viam, viravam-lhe as costas, de medo ou de vergonha. Ninguém lhe dava boas-vindas. Assim, a Verdade percorria os confins da terra, rejeitada e desprezada. Uma tarde, ela encontrou a Parábola que passeava alegremente num traje belo, e muito colorido.

- Verdade, por que estás tão abatida? – perguntou a Parábola.

- Porque sou tão velha que os homens me evitam, replicou a Verdade.

- Que disparate, riu a Parábola. Não é por isso que os homens te evitam. Toma, veste algumas de minhas roupas, e vê o que acontece.

Então a Verdade revestiu-se com algumas das lindas vestes da Parábola, e de repente, por toda a parte por onde passava, era bem-vinda” (A.F. ANDERSON; G. GORGULHO. *Parábolas: a palavra que liberta*. São Paulo, 1989).

EDITORIAL

Ivoni Richter Reimer

As parábolas fazem parte de um gênero literário muito utilizado na literatura judaica e cristã. Não é algo próprio de Jesus. Ele e seu movimento, bem como as igrejas das origens, utilizam-se desta forma de comunicação oral, depois transformada em escrita. É uma maneira de comunicar realidades profundas – que transcendem o cotidiano – a partir de realidades cotidianas. Realidade e imaginário estão colados e se interpretam mutuamente, de forma afirmativa ou questionadora.

Achamos por bem dedicar este número de Estudos Bíblicos a este gênero literário. Ele é muito utilizado em nossas práticas pastorais, comunitárias e acadêmicas. Faz parte do senso comum, e anda até bagatelizado. Muito rapidamente se associa qualquer parábola com o Reino de Deus, com Deus... Há parábolas que profundamente questionam práticas sociais e econômicas através da metáfora de um ‘homem rico’, e mesmo assim este homem é inquestionavelmente interpretado como representante de Deus. Por isto, pensamos ser um momento oportuno de repensar nossa compreensão de parábolas.

Temos, aqui, algumas contribuições. Não são pretensivas. Todas, porém, ajudam a tecer este nosso momento. Não temos, ainda, uma “teoria das parábolas” que possa dar conta de nossos anseios, inquietações e necessidades e fazer frente às tradicionais e conservadoras tendências hermenêuticas eclesiais. Mas temos indicativos de releituras, desde as bases eclesiais até as academias. Estão, em parte, aqui registradas. Tentamos reunir interpretações do Primeiro e do Segundo Testamentos.

Pedro Lima Vasconcelos, a partir de percepções pastorais, delinea perspectivas e passos hermenêuticos para a compreensão de parábolas canônicas e apócrifas.

Luiz Alexandre Solano Rossi ocupa-se da parábola de Joatão (Jz 9,7-15) para tecer e reler campos imaginários e simbólicos que refletem relações de poder. William César de Andrade, partindo de experiências de catequese e estudos bíblicos, interpreta 2Sm 12,1-4 a partir da realidade histórica da monarquia em torno de Davi e Salomão e da nossa realidade política atual.

Joel Antônio Ferreira faz um estudo minucioso sobre a parábola da semente (Mc 4,26-28), situando-a dentro da realidade político-econômica do século I. Elabora também passos metodológicos para a interpretação de parábolas e alegorias.

Andréa Paniago Fideles evoca e resgata o universo infanto-juvenil presente em muitas parábolas de Jesus, principalmente no evangelho de Lucas. Destaca problemas

